

O amor como fundamento da ordem social em Santo Agostinho

Carlos Alberto Pinheiro Vieira¹

Resumo

O presente artigo discorre acerca do amor como fundamento da ordem social. Sobre isso, Santo Agostinho nos adverte a contemplarmos como elemento central na busca por um mundo melhor e mais justo, assim como a possibilidade de transformar a desordem numa ordem e da injustiça em justiça.

Palavras-chave: amor; desordem; ordem; injustiça; justiça

Abstract

This article talks about love as the foundation of social order in which St. Augustine warns us to look upon as a central element in the quest for a better and fairer, as well as the possibility of making an order to disorder and injustice in justice.

Key-words: love; disorder; order; injustice; justice

Introdução

Afirma Santo Agostinho que a pobreza é um dos males deste mundo, assim como a fome, a guerra e as mortes². Assim como afirmou o nosso filósofo em seu tempo, podemos constatar que nada mudou, pois, ainda temos a fome, a guerra e as mortes em todo o nosso planeta. Portanto, entendemos ser o pensamento agostiniano de suma importância em nossa sociedade, na reflexão crítica diante do contexto

¹ Graduado em Filosofia - UNICAP. Mestrando em Ciências da Religião - UNICAP, sob a orientação do Prof. Dr. Degislano Nóbrega, Membro do Instituto Humanitas Unicap, Membro do corpo editorial da revista eletrônica dos alunos do Mestrado em Ciências da Religião da UNICAP, Paralellus (www.unicap.br/paralellus). e-mail: vieira@unicap.br

² Cf. KELLER, Miguel A. Pobres y pobreza: aproximacion al pensamiento agustiniano em torno a um tema central em La teologia y la pastoral latinoamericana. In. San Agustín y la liberacion: reflexiones desde Latinoamericana. Lima: CETA/CEP, 1986, p. 146.

em que estamos inseridos, assim como os problemas sociais que vivenciamos, mais especificamente explorados pelos sistemas de dominação e exploração econômico-político-social, pelos quais uma pequena minoria, rica e poderosa, oprime e massacra, historicamente, uma grande maioria da população, pobre e oprimida³.

Entendemos, no que se refere à questão da Justiça Social, ser o amor (*charitas*) adotado por Santo Agostinho o fundamento ordenador para o problema da miséria humana, posto que, no pensamento agostiniano, a humanidade herdou o amor divino, sendo o ser - humano projetado para amar a Deus e ao seu semelhante.

Tentaremos, com o presente artigo, interpretar o pensamento e a espiritualidade agostiniana, guiados pelo primado do amor (*charitas*), como aporte para uma possível amenização do problema da miséria humana.

1 O amor (*charitas*)

O amor fraterno é o que nos faz amar uns aos outros. Este amor não somente vem de Deus, mas é Deus. Portanto, quando por amor amamos o próximo é por Deus que o amamos. É impossível que nós não amemos o próprio amor; pelo qual nós amamos os irmãos. Porque Deus é amor, necessariamente quem ama a Deus, ama seu irmão (*De Trin.*, VIII, 12; IX, 10).

O cerne da filosofia do amor em Santo Agostinho está diretamente relacionado com o projeto de Deus para o homem, pois, para o Santo Doutor, o amor faz parte da essência humana, o homem é obra da criação Divina e a essência divina é amor, o que leva ao comentador Marcos Costa a dizer:

o amor está na própria natureza humana. Trata-se de um apetite natural, pressuposto pela vontade livre,

³ Cf. COSTA, Marcos. Crítica à retórica como instrumento de dominação na doutrina ético-político-social de Santo Agostinho Revista Symposium. Recife, Ano 10, N 1, Janeiro-Junho/2006 p. 80.

que deve, iluminada pela luz natural da razão, orientá-lo finalmente para Deus. O amor é, pois, uma atividade decorrente do próprio ser humano. Onde se deduz que, tendo-se no fundo do coração a raiz do amor, dessa raiz não pode sair senão o bem, o que resulta na tão citada máxima agostiniana: “ama e faze tudo o que queres” (COSTA, 2002, p. 296-297).

Daí diz o próprio Agostinho no *Sobre a Doutrina Cristã*:

vive justa e santamente quem é perfeito avaliador das coisas. E quem as estima exatamente mantém amor ordenado. Dessa maneira, não ama o que não é digno de amor, nem deixa de amar o que merece ser amado. Nem dá primazia no amor àquilo que deve ser menos amado, nem ama com igual intensidade o que deve amar menos ou mais, nem ama menos ou mais o que convém amar de forma idêntica (De doc. christ., I, 27, 28)

Seria uma insensatez querer apartar o homem do amor. Se há um problema, este não diz respeito ao amor como tal, nem à necessidade de amar, mas unicamente ao objeto do amor.

Tomemos, pois, o amor como parâmetro na hierarquia de valores das coisas a serem amadas: “o amor, que faz com que a gente ame bem o que deve amar, deve ser amado também com ordem; assim, existirá em nós a virtude que traz consigo o bem viver” (*De civ. Dei*, XV, 22).

Para Agostinho, a verdadeira felicidade tem origem no amor, o homem feliz possui amor em seu coração, estando a sua raiz em Deus. Portanto, cabe ao homem amar a Deus acima de todas as coisas, residindo aí o verdadeiro amor, que faz do homem um ser justo e feliz. O amor é fundamento maior para o homem se valer do livre arbítrio em seu sentido moral.

A tônica das filosofias moral e social de Agostinho não está, pois, no amor em si mesmo, nem na necessidade de amar, que ele considera como inseparável do ser humano, mas, unicamente, na escolha do objeto a ser amado. Dessa maneira, vemos que o problema da

relação entre liberdade, escolha e bem, está na escolha correta das coisas a serem amadas pelo homem.

Disso decorre que “devemos gozar unicamente das coisas que são bens imutáveis e eternos. Das outras coisas devemos usar para poder conseguir o gozo daquelas” (De doc. christ. I, 22, 20), ou seja,

das coisas temporais devemos fazer uso, não gozar, para merecermos gozar das eternas. Não como os perversos, que querem gozar do dinheiro e usar de Deus, porque não gastam o dinheiro por amor a Deus, mas prestam culto a Deus por causa do dinheiro (*De civ. Dei, XI, 25*).

Significa dizer que ninguém deve amar-se por si próprio, mas por aquele de quem há de gozar, visto que somente Deus é o bem que torna feliz a criatura racional. Quando, ao contrário, a alma humana envereda pelo caminho decadente do mal, ou seja, “indo por assim dizer, a seu próprio encontro, ela se compraz em si mesma, como por uma espécie de arremedo perverso de Deus, até pretender encontrar o seu gozo na própria independência” (*De lib. arb. III, 25, 75*), aí nasce o pecado, que Agostinho chama de soberba ou orgulho (Cf. COSTA, 2002, p. 299).

Em textos que lembram I Coríntios 13 e também a primeira epístola de São João, Agostinho diz que “o amor é a própria essência do homem, e por isso ele não encontra repouso enquanto não encontrar o seu lugar” (BOEHNER; GILSON, 2004, p. 164-168).

Segundo Pinheiro (2008),

O problema central da moralidade é, portanto, para Agostinho (e aqui ele traduz toda a tradição cristã), o da reta escolha das coisas a serem amadas. O amor consiste, principalmente, num peso interior, que atrai o homem para Deus. Amar sinceramente o outro significa amá-lo como a nós próprios, o que só é possível num plano de igualdade: quer elevando-o ao nosso nível, quer elevando-nos ao plano da pessoa amada. Entre o amor a Deus e o amor ao homem há

um elemento comum: o amor ao bem. Portanto, o amor sempre terá por objeto o ser e o bem. É justo que amemos o próximo como a nós próprios, pois, enquanto bem ele se encontra no nosso nível [...]. Assim, segundo a tradição apostólica e cristã, tomada por Agostinho, para entrar na plena posse do bem perfeito é necessário que o homem abdique de si próprio. Essa entrega plena a Deus, que assegura a posse de seu objeto, é o amor. O amor não é apenas o coração da moralidade, é a própria vida moral. O começo do amor é o começo da justiça, o progresso no amor é o progresso da justiça, a perfeição do amor é a perfeição da justiça. Dominado pelo amor, o homem cumpre cabalmente a lei divina.

Portanto, “a força motriz para a realização da ordem moral é o amor, que remata na caridade. Sua força orientadora é a vontade, que culmina na liberdade. Sua consumação é a ordem da caridade” (GILSON, 2004, p. 188).

Segundo Gilson (2004, p. 191), “A caridade não é apenas o coração da moralidade; ela é a própria vida moral. O começo do amor é o começo da justiça, o progresso do amor é o progresso na justiça, a perfeição do amor é a perfeição da justiça”.

A caridade no pensamento agostiniano está enraizada no amor como princípio de socialização do indivíduo com a sociedade, é um lançar-se para uma espiritualidade de libertação, no qual, a pobreza e a miséria já não cabem mais ser pensada, habitando toda humanidade o mesmo plano de igualdade.

2 O cerne da moral agostiniana: o mau uso da liberdade como distanciamento da verdadeira caridade

Para Santo Agostinho, a ética consiste na adequação do amor enquanto referência a Deus como fonte, fim, felicidade e sumo Bem do ser humano, fazendo uma crítica à desordem do amor em relação aos bens desejados⁴.

⁴ Cf. PINHEIRO, Luis Antônio. O compromisso ético-político em Santo Agostinho. In: VV.AA. Oração e compromisso em Santo Agostinho. São Paulo: Fabra, 1996. p. 156-157.

O problema moral foi algo que sempre incomodou Santo Agostinho, tornando-o um buscador inquieto da verdade, em toda a sua vida buscou um sentido moral para a sua existência, inquietou-se na busca por respostas para o problema que tanto o afligia, como o problema da miséria humana. Foi, através das leituras de São Paulo e dos contactos com Ambrósio, Bispo de Milão, que o convenceram de que a verdade não estava nos livros dos filósofos, mas no Evangelho de Jesus Cristo (Cf. MONDIN, 2002, v. 1, p. 136).

Afirma Agostinho, nas *Confissões* (Cf. X, 13), que procurou o que era a maldade e não encontrou uma substância, mas, sim, uma perversão da vontade desviada da substância suprema.

Já no livro I do *Livre Arbítrio*, Ele afirma que “Fazemos (o mal) por livre-arbítrio da vontade” (*De lib. arb.* I, 16, 35). Com isso chega à conclusão de que a única causa do mal é o pecado, fruto da má vontade do homem, de forma que o único mal que podemos chamar propriamente de mal é o mal moral ou ético (Cf. COSTA, 2002, p. 280-281).

Todo o problema do mal, para Agostinho, está diretamente ligado a sua antropologia, pois só existe o mal porque existe o homem, sendo esse homem o único Ser criado por Deus provido de razão, ou seja, o único capaz de escolher entre o bem e o mal.

Portanto, afirma Gilson (Cf. 2004, p. 153) que,

o mal é uma punição. A natureza decaída é, má na medida em que é viciada pelo pecado, mas é um bem enquanto natureza; exatamente ela é esse mesmo bem em que o mal existe e sem o qual não poderia existir.

Afirma Agostinho que a origem do mal está na paixão humana desordenada, dominando a razão, levando o homem ao pecado e, conseqüentemente, ao mal. O mal, por não possuir uma substância criada por Deus, só poderia ser o não-ser, a ausência do ser, ou seja, o homem, em seu livre-arbítrio, escolhe a negação do ser, sendo a negação do ser a vontade do homem em pecar.

O pecar para Agostinho distancia o homem da verdadeira felicidade, fazendo-o carregar o peso da infelicidade diante do seu

pecado: “nem o pecado nem os pecadores são necessários à perfeição, mas as almas enquanto são almas, enquanto são tais que, se querem pecam; e se pecam tornam-se infelizes” (*De lib. arb.* III, 13).

Para o Bispo de Hipona, o mal se instaurou como um abismo entre a humanidade e o seu Criador, que a conduz a uma condição de degradação, de corrupção, de imoralidade, pois, sendo a humanidade um projeto Divino, estes males jamais teriam alguma relação com Deus. No momento em que o homem se afastou do sumo bem, carregou em si o peso do sofrimento, tornando-se escravo de suas paixões.

A esse respeito diz Agostinho:

Eu pecava, porque em vez de procurar em Deus os prazeres, as grandezas, e as verdades, procurava-os nas suas criaturas: em mim e nos outros. Por isso me precipitava na dor, na confusão e no erro (*Conf.* I, 20).

...cada um, ao pecar, afasta-se das coisas divinas e realmente duráveis, para se apegar as coisas mutáveis e incertas... (*De lib. arb.* I, 35a).

Atualmente, a humanidade passa por um processo de mal-estar existencial, por uma crise moral decorrente do mau uso da liberdade, ocorrendo o que Agostinho chama de decadência moral ou pecado.

A doutrina agostiniana supõe a existência de uma ordem objetiva. O fim da moralidade é a manutenção da reta ordem, pois essa se identifica com a bondade objetiva, ao passo que o mal consiste na transgressão culposa dessa ordem. Portanto, a tarefa moral do homem resume-se na efetivação fiel da ordem das normas eternas.

Para Santo Agostinho, Deus habita na interioridade do homem, que o conduz ao bem supremo, pois o homem está ontologicamente conectado com o seu criador. Agostinho aprendeu com Ambrósio que, através do homem, poderíamos encontrar e nos aproximar de Deus, logo, o homem, no momento em que penetra em seu próprio interior, aprofunda-se em seu espírito, encontrando aspectos que lembram a imagem divina do qual é portador. Por isso, o desejo de Agostinho é de que o homem pergunte a si mesmo para compreender-se (Cf. SOUZA, 2001, p. 55-56).

O Bispo de Hipona, em sua predileção pela interioridade, foi acusado (injustamente) de descuidar da dimensão sociopolítica em sua reflexão ou, quando trata desse tema, de colaborar com uma visão integrista e reacionária do cristão na sociedade.⁵

Afirma Costa (2006, p.80)⁶ que,

De fato, se isolarmos alguns pontos da doutrina agostiniana, podemos perfeitamente pintar um Agostinho monstruoso: dogmático, totalitário, determinista, apolítico etc., incompatível com uma visão moderno-progressista de Igreja, preocupada com a questão da Justiça Social.

3 Amor como princípio da ordem social

A fim de justificar a maneira em que o homem individual chega a uma vida moral perfeita, importa atender a dois conceitos fundamentais de toda a filosofia agostiniana e, em particular, de toda a ética agostiniana. Trata-se dos conceitos do “uti” e do “frui”⁷.

Para o pensamento agostiniano, o amor constitui-se como o motor da ética, assim como o princípio agostiniano que diz: “*Ama e faze o que quiseres*”, movendo a alma para onde quer que se mova.

Assim, o princípio que ordena o homem para a caridade é o amor ao próximo, posto que o amor de Deus se identifica, então, com o autêntico amor de si mesmo. Quando isso não acontece, já não se trata mais do amor (*charitas*), mas do amor egoístico de si que se opõe ao amor gratuito de Deus⁸.

Segundo Gilson (2004, p. 193),

A vida moral se traduz, forçosamente, numa seqüência de atos individuais. Cada um deles implica uma tomada de posição face às coisas: ou usufruímos

⁵ Cf. PINHEIRO, In: VV.AA, 1996. p. 115.

⁶ Cf. COSTA, 2006, p. 80.

⁷ Cf. GILSON, 2004, p. 193.

⁸ Cf. PINHEIRO, In: VV.AA, 1996. p. 159-160.

delas ou delas utilizamos. “Fruir” significa afeiçoar-se a uma coisa por amor a ela mesma. “Usar”, ao contrário, é servir-se de algo para alcançar um objeto que se ama.

Assim como nos adverte Agostinho que “não se deve fruir senão de Deus”, o indivíduo que apenas usufrui um bem não tem o direito de dispor dele senão em vista de outro bem. Aquele que usa um bem dispõe plenamente dele, exerce verdadeiro domínio sobre ele; enfim, é senhor de tal bem. O cristão que faz uso de todas as coisas é livre em face de tudo. O mais alto grau de liberdade consiste em não estar sujeito senão a Deus. Eis a razão por que a verdadeira observância da lei é a liberdade nascida do amor⁹.

Considerações finais

Agostinho nos aponta, através de uma proposta filosófico-teológico-cristã o amor Cristão como um remédio satisfatório ao problema da miséria no mundo, convidando-nos a contemplarmos a humanidade com os “olhos” de um Deus de amor e a promovermos uma revolução em nossa sociedade, “a revolução do amor”, tomando o critério de fruição divina como um bem para nos lançarmos ao mundo como chamadas do amor de Deus.

Assim como nos afirma Gilson (2004, p. 195),

a ordem social não é senão um prolongamento da ordem moral fundamental, ou seja, da reta ordem, do amor. A concepção agostiniana da moralidade ou da vida feliz é inseparável de sua doutrina social: a vida moral e a felicidade pressupõem uma vida em comunidade.

Podemos perceber a atualidade dos escritos de Agostinho, portanto, ele afirmava ser o mal a causa consumidora da humanidade, assim como a nossa, visto que, atualmente, a humanidade está

⁹ Cf. GILSON, 2004, p. 195.

mergulhada em valores como vingança, ambição desmedida e inveja. Devemos contemplar a humanidade com os olhos do próprio Agostinho e conseqüentemente com os olhos de Deus e identificarmos que um dos problemas (para não dizer todos) está no próprio homem ao tornar-se antropocêntrico, carregando em si o peso da culpa e do pecado.

Tomemos portanto, o amor (*charitas*) adotado pelo pensamento agostiniano como parâmetro na hierarquia dos nossos valores, para fazermos valer o amor ao próximo como princípio de socialização, na possibilidade de transformar a desordem numa ordem e da injustiça em justiça, não havendo mais pobreza nem riqueza, nem judeus nem fariseus, nem gregos nem troianos, lembrando que, diante do amor cristão (*charitas*) adotado pelo Bispo de Hipona toda Humanidade habita o mesmo plano de igualdade.

Referências

AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus:** contra os pagãos. Tradução de Oscar Paes Leme. 3. ed Petrópolis: Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 1991. v. 1-2.

_____. **A doutrina cristã:** manual de exegese e formação cristã. Trad. e notas de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulinas, 1991. 386 p.

_____. **A trindade.** 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995. 726 p.

_____. **Confissões.** São Paulo: Nova Cultural, 1999. 416 p.

_____. **Diálogo sobre a ordem.** Lisboa: Imprensa Nacional, 2000.

_____. **O livre-arbítrio.** 4. ed. São Paulo: Paulus, 2004. 296 p.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Étienne. **História da filosofia cristã:** desde as origens até Nicolau de Cusa . 9. ed. Trad. de Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 2004. 582 p.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **O problema do mal na polêmica antimaniquêia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 429 p.

_____. Crítica à retórica como instrumento de dominação na doutrina ético-político-social de Santo Agostinho **Revista Symposium**. Recife, Ano 10, N 1, Janeiro-Junho/2006.

MONDIN, Battista. **Curso de filosofia: os filósofos do ocidente**. 11. ed. São Paulo: Paulus, 2002. v. 1.

PINHEIRO, Jorge. **Agostinho de Tagasta [“Santo Agostinho”] O Peso do Amor**. Banco de dados. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/biografias/agostinho_peso_amor.htm> Acesso em: 7 de Set. 2008.

PINHEIRO, Luis Antônio. O compromisso ético-político em Santo Agostinho. *In*: VV.AA. **Oração e compromisso em Santo Agostinho**. São Paulo: Fabra, 1996.

SILVA, Ivan de Oliveira. **Santo Agostinho: O problema do mal**. São Paulo: Ed. Pilares, 2008. 109 p.

VV.AA. **Oração e compromisso em Santo Agostinho**. São Paulo: Fabra, 1996, 206 p.

VV.AA. **San Agustín y la liberacion: reflexiones desde Latinoamericana**. Lima: CETA/CEP, 1986, 400 p.